



Movimento ALTERNATIVAcom

COMUNICADO

RESPEITAR OS CIDADÃOS E OS DIREITOS DE OPOSIÇÃO

O Movimento ALTERNATIVAcom foi criado em 11 de novembro de 2019, com a “Missão Possível” de proporcionar a Abrantes *“uma Democracia ética, aberta, participada, em que todas as opiniões contam, incluindo as discordantes, sem medos nem condicionamentos, e um Desenvolvimento económico, social, cultural e ecológico abrangente, sustentável, harmonioso, com oportunidades e benefícios para todos”*. Declarámos, nesse dia, que *“vínhamos para ficar, pelo tempo que os abrantinos quisessem e desejassem”* porque Abrantes precisava de mais cidadania livre e participativa.

Somos um Grupo de Cidadãos Eleitores – a nossa génese reside na Cidadania e é independente dos Partidos, cujo papel valorizamos. Somos inclusivos e convergentes – o nosso "Partido" é Abrantes e acolhe todas as sensibilidades do espectro político-ideológico democrático. Defendemos uma Economia inovadora e eficiente – gerada por [e ao serviço de] cidadãos livres, capacitados, empreendedores e solidários – e um Estado Social robusto e sustentável – assente na Constituição e nas Leis, na Escola Pública, no Serviço Nacional de Saúde e na Segurança Social pública e universal.

Nestes quatro anos e quatro meses de existência, comunicando numa base diária, fomos, de longe, a força política mais presente e interventiva, colocando questões, pedindo esclarecimentos e apresentando propostas e sugestões. A nossa eleição, em setembro de 2021, para os órgãos autárquicos municipais, intermunicipal e de três freguesias – fazendo uma campanha com poucos recursos, gastando 20 vezes menos e conquistando 3,3 vezes mais votos/por euro gasto, do que a principal força política – aumentou o nosso trabalho e a nossa responsabilidade.

Só no ano passado, nos escassos 10 minutos de que dispomos no Período de Antes da Ordem do Dia das Reuniões de Câmara, abordámos 186 matérias (uma média de 8 por sessão), 35% dos quais de natureza político-institucional, 20% cultural, 18% ambiental, 14% económica e 13% social. Entre os assuntos abordados, destacaram-se os cuidados de saúde primários, o sucesso educativo, a ação climática, as tarifas de água e ambiente, os parques industrial e tecnológico, a habitação e saneamento, a proteção das aldeias, das árvores e da floresta, o centro histórico e o património, a preservação e reabilitação do antigo mercado, as acessibilidades na deficiência, a transparência e prestação de contas, e o respeito democrático, incluindo os direitos de cidadania e de oposição.



Movimento ALTERNATIVAcom

RESPEITO PELOS DIREITOS DE CIDADANIA E DE OPOSIÇÃO

É no domínio do respeito pelos direitos de cidadania e oposição que as dificuldades têm sido maiores, comprometendo todos os outros domínios da nossa atividade. A Reunião de Câmara que esta manhã teve lugar, é o exemplo mais recente e gritante dos obstáculos que enfrentamos. Consensualmente aprovada e oficialmente marcada no início do ano – como determina a lei – para ter lugar a 19 de março, foi antecipada para hoje, dia 15, por imposição unilateral da maioria PS, a qual rejeitou três datas opcionais sugeridas pelo vereador sem pelouro Vasco Damas, impedido de participar devido a compromissos profissionais prévios e inalteráveis, alegando-se a indisponibilidade do presidente, do vice-presidente e dos vereadores da maioria, todos eles com pelouros e funções remuneradas na Câmara Municipal.

Posteriormente a esta decisão de antecipação, soubemos do agendamento para esta Reunião de Câmara da apreciação e aprovação da proposta de Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao ano de 2023. Podendo tratar-se de uma insólita e lamentável coincidência – o que não nos parece, tendo em conta os factos adiante apontados – ela penaliza objetiva e fortemente o exercício desse mesmo Direito de Oposição, configurando assim mais uma grosseira violação do respetivo Estatuto, ao impedir o vereador Vasco Damas, líder do Movimento ALTERNATIVAcom, de se pronunciar [sobre] e votar este importantíssimo ponto da Ordem do Dia.

Tal não nos impede, todavia, de nos dirigirmos diretamente aos nossos concidadãos, informando-os sobre o que de mais relevante se tem passado em matéria de (in)observância destes direitos e garantias. Sendo as reuniões públicas, os abrantinos têm vindo a assistir, com crescente estupefação e indignação, a sucessivos atropelos ao seu cumprimento, incluindo intempestivas e despropositadas intervenções do Sr. Presidente da Câmara nas reuniões quinzenais do executivo municipal, criando um ambiente político e relacional tóxico, democraticamente reprovável e socialmente insuportável. A situação atingiu tal gravidade que alguns deputados de diferentes forças políticas se sentiram na obrigação de comentá-la na recente sessão (23/02/2024) da Assembleia Municipal de Abrantes.

Importa realçar que, do nosso ponto de vista e procurando compreender a origem destas atitudes, a necessidade de se exibir uma atitude autoritária persecutória e um certo “culto da personalidade” e deslumbramento pelo poder, associado a uma manifesta improficiência e desrespeito por normas legais autárquicas e princípios éticos elementares, ocorre – sob o olhar complacente e cúmplice dos seus apoiantes e pares – desde que o edil assumiu em fevereiro de 2019 a presidência do Município, e não apenas no corrente mandato autárquico.

Não se trata, pois, de factos recentes originados ou relacionados com alguma força política ou autarca em particular (veja-se, por exemplo, em <https://www.facebook.com/watch/?v=388529651746193&ref=sharing>, as imagens da Reunião de Câmara de 02/05/2019, divulgadas pelo jornal O Mirante), mas da recorrente incapacidade de compreender, respeitar e proteger os legítimos direitos e deveres de Oposição em todos os órgãos autárquicos locais, como é sua obrigação, optando por exercer uma absurda e violenta “oposição à Oposição”.



Movimento ALTERNATIVAcom

Em múltiplas ocasiões, nos órgãos autárquicos e na comunicação direta com os nossos concidadãos, alertámos para este comportamento e denunciámos factos concretos, como a supressão ilegal de Reuniões de Câmara, a usurpação de competências exclusivas do executivo municipal (caso da designação do representante do Município na assembleia geral da Associação Tagusvalley) ou a privação da divulgação da atividade autárquica da Oposição nos meios de comunicação municipais, como determina a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Face à sistemática negação ou desculpabilização destes factos, solicitámos – como era nossa obrigação – os necessários esclarecimentos às autoridades competentes, designadamente à IGF – Inspeção Geral de Finanças, enquanto entidade de tutela das autarquias locais. Não se trata, à partida, de denúncias ou reclamações, mas sim de pedidos de esclarecimentos (que ainda aguardamos) visando o correto funcionamento dos órgãos autárquicos. Somos atacados por estas diligências, consideradas *“tentativas de infiltração em todas as instituições”* que *“entopem os nossos serviços com pilhas de documentos a que temos de responder”*.

Por outro lado, pronunciamos-nos sobre o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição (EDO), relativo a 2022, e, contra a vontade explícita do Sr. Presidente da Câmara e a sua vã tentativa de incumprir a lei, suscitámos a discussão pública na Assembleia Municipal do Relatório de Avaliação e respetiva Declaração de Pronúncia, o que voltaremos obviamente a fazer na próxima sessão da Assembleia Municipal, no que respeita ao ano de 2023, esperando que as demais forças políticas da Oposição também o façam.

A dificuldade revelada pelo edil – tanto no órgão executivo a que preside, como no órgão deliberativo em que obrigatoriamente representa a Câmara Municipal – de relacionamento maduro, saudável e responsável com as forças políticas que exercem efetiva oposição e nas quais milhares de cidadãos votaram e se reveem, tem dificultado e menorizado o trabalho destas, prejudicando o concelho e os seus habitantes.

As intervenções do vereador eleito do Movimento ALTERNATIVAcom têm sido sistematicamente deturpadas, gozadas ou caluniadas pelo chefe do executivo municipal, o qual se arroga o “direito” de as legitimar, reformular e, até, determinar o que, como, quando, onde e quem as pode ou deve apresentar. Abusivamente, são produzidas declarações que configuram inaceitáveis intromissões no conteúdo e forma das intervenções do ALTERNATIVAcom, assim como na organização e funcionamento do nosso Movimento. As propostas e sugestões por nós apresentadas têm sido, salvo raras exceções, liminarmente ignoradas ou rejeitadas, afirmando o Sr. Presidente *“que é ele quem decide a que perguntas responder e quem define a estratégia de resposta”*.

Também o caráter do vereador eleito do ALTERNATIVAcom tem sido repetida e violentamente atacado, permitindo-se o edil, entre outras insinuações, processos de intenção e afirmações injustas, ultrajantes e indecorosas, dizer (citamos) *“com uma linguagem muito própria”* que o líder do Movimento *“está armado em santinho, com esse ar imaculado”, “não venha com falinhas mansas e engenharias linguísticas”, “atrás disso há muita falsidade, tentando ludibriar ou enganar as pessoas”*.



Movimento ALTERNATIVAcom

Estas ofensas extravasam frequentemente o ataque *'ad hominem'* e alargam-se ao núcleo político do Movimento, signatário deste comunicado, fazendo-se referências insistentes às *"pessoas que rodeiam ou estão por trás"* do vereador *a criar dificuldades*, insinuando que o mesmo não tem conhecimentos nem capacidade oratória e de escrita, limitando-se a ler os textos que outro/s escreve/m, o que, mesmo que fosse verdade (mas não é), não deixaria de ser legítimo e usual por parte de quem lidera equipas e faz intervenções frequentes, com tempo extremamente reduzido.

Por outro lado, arroga-se o "direito" de dividir e classificar os vereadores, os deputados municipais e os cidadãos em geral, em "pessoas boas" e "pessoas más", não se coibindo de afirmar ou sugerir que as "boas" são aquelas que gostam de si, o elogiam e se preocupam consigo – desde logo os seus apoiantes políticos, certamente – enquanto as "más" são aquelas *"que dificultam a vida aos outros"* (leia-se *"ao próprio"*), isto é, que lhe fazem oposição, questionando as suas decisões ou declarações.

Incoerentemente, dá o dito por não dito e afirma – por conveniência ou mudança de estratégia – o contrário do que anteriormente declarou, como recentemente procedeu com o vereador do ALTERNATIVAcom, ao afirmar com inusitado paternalismo que, afinal, *"é um bom rapaz, uma pessoa boa, com bom caráter, prejudicada por aquilo que lê e outro/s escreve/m, com adjetivações, insinuações e suspeições sistemáticas"*, provando assim *"não estar preparado para algum dia vir a ser Presidente da Câmara e ocupar o seu lugar"*.

Lamentamos que a política autárquica e a democracia e cidadania locais sejam destratadas da forma como são. Voltamos, por isso, a apelar à sensatez e urbanidade nas relações políticas e institucionais, à observância dos direitos da Oposição (forças políticas e eleitos), à valorização dos seus contributos e iniciativas, e ao respeito pelos cidadãos que votaram ou se sentem representados pelo Movimento ALTERNATIVAcom e seus eleitos. Temos muito orgulho na nossa identidade e no trabalho feito em prol da comunidade, confirmando-se o entendimento fundador de que Abrantes precisava, realmente, de mais cidadania livre e participativa. Esperamos que, com a aproximação das eleições autárquicas de 2025, mais abrantinos se juntem ao Movimento ALTERNATIVAcom e contribuam, como puderem, para a mudança que Abrantes merece.

Abrantes, 15 de março de 2024.

O Núcleo Político do Movimento ALTERNATIVAcom (por ordem alfabética a seguir ao líder),

Vasco Damas

Clara Almeida

Cristina Coxinho

Nuno Lopes

José Nascimento

Sónia Pedro